

**REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO**

(Do Sr. Chico Alencar)

Solicita à Ministra de Estado do Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão informações acerca da fiscalização de convênios e contratos firmados entre a União e entidades da sociedade civil.

Solicito a Vossa Excelência, com base no art. 50, § 2º da Constituição Federal e na forma dos arts. 115 e 116 do Regimento Interno, que, após consulta a Mesa, sejam solicitadas à Ministra de Estado do Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão, Sra. Miriam Belchior, as seguintes informações:

- 1) O Acórdão TCU 2550/2013-Plenário, de 18/9/2013 dispôs que “8. A base de dados do Siconv possuía, de acordo com os dados extraídos em 30/4/2012, 87.399 convênios/contratos de repasse celebrados, totalizando R\$ 67.916.317.281,89 em valores globais desses instrumentos. Os valores liberados no âmbito dessas transferências perfaziam R\$ 13.754.557.658,06, já que em vários dos instrumentos formalizados não houve a liberação dos recursos” e que “54. Foram encontrados 38.321 (isto é, 43% dos 87.399 celebrados) registros de convênios/contratos de repasse em que não foi cadastrado no Siconv o respectivo parecer sobre o plano de trabalho, conforme resultados contidos na planilha “A3.3\_Convenios\_SemParecer\_PT.xls” (constante do diretório “Resultados\A3.3\” do DVD citado na peça 254). Por meio da tabela 1 do Anexo III, é possível visualizar os dezesseis concedentes que mais incorreram nessa irregularidade em relação ao total de transferências voluntárias por eles realizadas.” Qual a justificativa para que em 43% dos convênios/contratos de repasse não terem sido cadastrados os pareceres sobre o plano de trabalho no Siconv?
- 2) Há estudo de resultados dos convênios/contratos firmados entre a União e entidades da sociedade civil, no âmbito do Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão?
- 3) São firmados novos convênios/contratos com entidades da sociedade civil que tenham cadastros incompletos no Siconv?
- 4) Temos a informação de que quatro mil entidades não apresentaram prestação de contas nos últimos cinco anos. Essa informação está correta? São liberados novos recursos para contratos cujas prestações de

\*521FBF1303\*

521FBF1303

contas não são realizadas anualmente? Com qual fundamento jurídico esses repasses são feitos?

Por fim, solicito cópia dos documentos (convênios/contratos, entre outros) relativos aos *“dezesseis concedentes que mais incorreram nessa irregularidade em relação ao total de transferências voluntárias por eles realizadas”*.

### **JUSTIFICAÇÃO**

Em matéria divulgada pelo jornal O Globo, do dia 08 de outubro de 2013, sob o título “Vale Tudo”, foi divulgada uma constatação do Tribunal de Contas da União, de que faltaria uma atuação mais contundente do governo na fiscalização dos contratos e convênios, havendo, inclusive quatro mil entidades que não prestaram contas nos últimos cinco anos.

Trata-se de denúncia séria, sobre má-gestão de recursos públicos, uma vez que se impõe à União a fiscalização sobre os recursos repassados a partir de convênios e contratos celebrados entre si e as entidades da sociedade civil.

Nesse sentido, se faz necessário perquirir o Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão acerca da veracidade de tais informações e a legalidade do repasse de recursos, com a finalidade de se constatar a existência ou não de falhas em sua atuação fiscalizatória.

Nestes termos, requer o encaminhamento.

Brasília, 30 de outubro de 2013.

Deputado **CHICO ALENCAR**  
PSOL/RJ

**\*521F1303\***

**521F1303**